



ATA NÚMERO 133
SESSÃO (ORDINÁRIA) DE 26 DE MARÇO DE 2024
DA

ASSEMBLEIA GERAL DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ESGRIMA

----- Aos vinte e seis (26) dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro (2024), pelas vinte horas (20.00 horas), por via presencial e telemática, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Esgrima, doravante também designada apenas como AG, presidida por Fernando António de Oliveira Gomes, na sua qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que foi coadjuvado por José António Rosado, Vice-Presidente, em videoconferência e Manuel David de Jesus, Secretário da Mesa da Assembleia Geral, com a seguinte:-----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

1º Ponto – Aprovação da Ata da última Assembleia Geral. -----

2º Ponto – Apresentação e votação do Relatório de Atividades e Contas da FPE do ano de 2023, e parecer do Conselho Fiscal; -----

3º Ponto – Qualquer outro assunto de interesse para a Federação. -----
cujo aviso Convocatório com data de sete (07) de março de dois mil e vinte e quatro (2024), foi devidamente e oportunamente remetido “aos sócios e aos delegados dos praticantes, treinadores e árbitros”, com a indicação da respetiva Ordem de Trabalhos, o qual foi acompanhado dos documentos sujeitos a votação, cumprindo-se o que sobre a sua divulgação e publicidade é determinado e exigido pela lei e pelos Estatutos, designadamente no que é estabelecido no artigo trigésimo sete (37º) dos mesmos.-----

----- Esta Assembleia Geral Ordinária realizou-se presencialmente e por via telemática com suporte na plataforma Zoom, de forma a permitir a participação de todos os Delegados. -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Fernando Gomes, deu início aos trabalhos pelas vinte horas, saudando os Delegados e os membros da Direção da FPE, efetuando a chamada dos Delegados presentes, tendo constatado que não existia o quórum necessário, pelo que informou que esta terá lugar meia hora depois conforme previsão estatutária. -----

----- Pelas vinte (20) horas e trinta (30) minutos, o Presidente da Mesa da AG, Fernando Gomes, renovou as boas vindas a todos os presentes e antes de dar início à conferência dos Delegados, informou que recebeu um documento enviado pelo Presidente da Direção da FPE, Clauso Neves, comunicando que, por motivos de saúde, não poderá estar presente nesta reunião, delegando no Vice-Presidente da Direção da FPE, Frederico Valarinho, a sua representação. De seguida deu início à segunda chamada dos Delegados à AG, verificando-se a presença dos seguintes Delegados: -----

- João Carlos Simões Ribeiro Gomes, em representação da “Academia de Esgrima João Gomes”; -----
- Carlos Jorge Trigo Lopes Gonçalves, em representação da “Associação Desportiva Cultural Recreativa Bairro dos Anjos”; -----
- Abílio Manuel Louraço da Silva Figueira, em representação da “Associação Desportiva Cultural Recreativa Bairro dos Anjos”; -----
- Nuno José da Fonseca Dias Moreira, em representação do “Bessa Futebol Clube”; -----
- Gonçalo Melo Vizela Lopes de Oliveira, em representação do “Círculo de Esgrima da Escola Secundária da Amadora”; -----
- Nuno Filipe Rodrigues Frazão, em representação do “Clube Atlântico de Esgrima” -----
- Vítor Manuel Claro Novais Machado, em representação do “Clube Desportivo 1º de Maio” -----
- Csaba Gndant, em representação do “Colégio São José - Ramalhão”; -----
- Bruno Miguel Moreira Carvalho, em representação do “Colégio São Tomás”; -----
- João Maria Moreira Botas Garcia Correia, em representação do “Colégio São Tomás”; -----
- José Manuel dos Prazeres Faria Luciano, em representação da “Escola Desportiva de Viana”; -----
- Hugo Oliveira, em representação do “Ginásio Clube Português”; -----
- Catarina Alexandre Ferreira, em representação dos “Treinadores”; -----
- Filipe Rocha Melo, em representação dos “Treinadores”; -----
- Maria Eugénia Santos Pinto Queirós, em representação dos “Treinadores”; -----
- Rui Artur Soares Costa, em representação dos “Árbitros”; -----
- Luís Maria Abrantes Bravo Lemos Macedo, em representação dos “Atletas de Alta Competição”; -----
- Débora Patrícia Teixeira Artur Candeias Nogueira, em representação dos “Restantes Atletas”; -----
- José Maria Lopes Estaca, em representação dos “Restantes Atletas”; -----
- Maria do Carmo Sousa Dias Freitas Marques Arede, em representação dos “Restantes Atletas”; -----
- Miguel Gualdino Teixeira, em representação dos “Restantes Atletas”; -----

----- O Presidente da Mesa da AG, Fernando Gomes, informa que estão presentes vinte e um (21) Delegados, pelo que se deu início aos trabalhos da presente Sessão, entrando no PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- **1º Ponto – Aprovação da Ata da última Assembleia Geral (Ata nº 132),** oportunamente difundida a todos os Delegados. -----

----- O Presidente da Mesa da AG, passou de imediato à votação:-----

----- Votos contra: Zero (0) votos; -----

----- Votos de Abstenção: Um (1) voto; -----

A Ata nº 132, da AG da FPE, realizada em catorze de dezembro de dois mil e vinte e três, foi aprovada por maioria de votos, vinte (20) dos Delegados.-----

----- O Delegado João Gomes intervém para esclarecer que só hoje teve oportunidade de ler a Ata, e que a data constante da página cinco (5) da mesma, relativa à sua intervenção nessa AG se refere a 02 de outubro e não a 02 de setembro conforme mencionado.-----

----- **2º Ponto – Apresentação e votação do Relatório de Atividades e Contas da FPE do ano de 2023, e parecer do Conselho Fiscal;** -----

----- O Presidente da Mesa da AG, Fernando Gomes, refere que estes documentos foram difundidos ao mesmo tempo que a convocatória da AG, dando assim tempo suficiente para a sua análise, passando de seguida a palavra ao Vice-Presidente da Direção da FPE, Frederico Valarinho, para fazer a apresentação dos documentos enviados. -----

----- O Vice-Presidente da Direção da FPE, Frederico Valarinho, saúda todos os Delegados, agradece a sua presença em mais um momento de grande importância para a esgrima portuguesa, esperando que esta decorra de forma pacífica e proveitosa, sublinhando a sua tristeza pelo facto do Presidente da Direção da FPE, Clauso Neves, não poder estar presente nesta assembleia, por motivos de saúde, sendo este o 19º Relatório de Atividades e Contas que é apresentado como membros da Direção da Federação Portuguesa de Esgrima. É chegado, porém, o ano da mudança. No final de 2024 haverá eleições para os órgãos sociais desta casa, as quais deseja sejam participadas e construtivas e que tragam sangue novo à esgrima nacional. Sublinha que esta Direção tudo fez e continuará a fazer até ao fim do seu mandato, para deixar a FPE numa situação equilibrada e legalmente intocável, para que os futuros sucessores possam seguir o rumo que considerarem mais adequado, colocando-se desde já, à sua disposição para tudo aquilo em que possam ser úteis.-----

----- Refere que relativamente ao documento que hoje se vai discutir e votar, não há muito a dizer porque um Relatório de Atividades e Contas não é um programa eleitoral nem um projeto de trabalho. Não define rumos nem objetivos. Limita-se a descrever, de uma forma objetiva e imutável, aquilo que sucedeu durante o ano a que diz respeito. Todo o seu conteúdo foi elaborado por técnicos oficiais de contas devidamente habilitados, fiscalizado por um Conselho Fiscal composto por especialistas e auditado por uma empresa credenciada para o efeito. -----

----- Essas entidades externas certificam unanimemente a total veracidade e absoluta legalidade dos dados que nele constam. Tudo aquilo que foi feito, tanto em 2023, como nos 17 anos anteriores, teve objetivos positivos e boas intenções, tendo sempre em mente a legalidade e a transparência. -----

----- Sublinha que apesar da objetividade e da comprovada veracidade deste Relatório de Atividades e Contas, há algumas questões que os delegados terão interesse em esclarecer. Assim, e para agilizar o funcionamento desta assembleia, considerou oportuno, logo de entrada, dar algumas explicações a respeito de algumas delas, ficando à disposição dos Delegados para, caso assim o pretendam, posteriormente as aprofundar. -----

----- A primeira questão referida foi a chamada de árbitros estrangeiros para competições

nacionais. No passado ano civil, o Campeonato Nacional Absoluto contou exclusivamente com árbitros de outros países, com resultados unanimemente elogiados. Esta solução não causou um aumento significativo nos custos suportados pela FPE, para a organização dessa competição. Esse campeonato foi um exemplo daquilo que deve ser uma verdadeira coorganização, com a Câmara Municipal do Fundão a assumir uma parte significativa dos custos, o que permitiu à FPE convidar os árbitros italianos, esloveno e polaco sem aumentar o investimento necessário à realização da prova. Recordou que, no início de 2023, a FPE estava sem Conselho de Arbitragem e muitos árbitros portugueses estavam a boicotar as provas do quadro competitivo nacional. Além disso, a esmagadora maioria dos nossos árbitros acumula funções como praticante, e quase todos competiram nos Campeonatos Nacionais, não estando disponíveis para arbitrar. Mais do que preocupados com os custos eventualmente associados a tais decisões, deveríamos estar orgulhosos por a Federação Portuguesa de Esgrima ter uma imagem internacional suficientemente forte para que as suas mais poderosas congéneres na Europa se mostrem sempre disponíveis para colaborar quando a FPE depara com escolhos no seu caminho. -----

----- Referiu, também, que conforme pode verificar-se no documento disponibilizado, a FPE concluiu o ano de 2023 com um exercício negativo no valor aproximado de 27 mil euros. Isso deveu-se, apenas, ao facto de os financiamentos não terem acompanhado as execuções da atividade ao longo da totalidade do ano. Na realidade, as receitas federativas, onde se incluem os subsídios, tiveram uma quebra de quase 48 mil euros que, a não ter acontecido, teria permitido realizar as provas canceladas no último trimestre de 2023 e chegar ao final do ano com um resultado positivo. O apoio do Instituto Português do Desporto e Juventude em 2023 traduziu-se, à data, num valor de 386.650 euros, em comparação com os 429.500 euros de 2022. O ano de 2023 foi o ano em que houve mais atletas federados, mais atletas com estatuto de alto rendimento e mais atletas em projeto olímpico e/ou esperanças olímpicas, sendo justo realçar os excelentes resultados desportivos alcançados pelos nossos esgrimistas, nomeadamente o segundo lugar do Miguel Frazão nos Jogos Europeus, a primeira vez, na história, em que tivemos três atletas nos oito primeiros de uma grande competição internacional, igualmente nos Jogos Europeus, e a luta até à derradeira prova pela qualificação por ranking de um atirador para os Jogos Olímpicos Paris-2024, pelo que é justo considerar 2023 como um excelente ano para a esgrima nacional. -----

----- O Presidente da Mesa da AG, Fernando Gomes, agradece as profícuas palavras proferidas pelo Vice-Presidente da Direção da FPE, e informa que nesta altura (21h04), dá entrada ao Delegado Peter Csaky, em representação do “Clube Desportivo e Recreativo Santanense”. De seguida informa que vai abrir uma primeira ronda de inscrições, relativamente ao ponto em discussão, tendo aceite as inscrições dos Delegados João Gomes, Vítor Machado e José Estaca. -----

----- O Presidente da Mesa da AG, Fernando Gomes, passa a palavra ao Delegado João Gomes, que afirma que o Relatório & Contas 2023, está um pouco confuso, devendo ser

mais detalhado por centros de custo, bem como ser acompanhado por um relatório de Gestão, discriminando todos os gastos com protocolos, possibilitando assim uma melhor compreensão das verbas utilizadas. Relativamente aos custos com o Campeonato Nacional do Fundão, de 17.000,00 €, considera este valor exorbitante, tendo realçado o valor de 11.500,00 €, só para deslocações e estadas de árbitros e agentes desportivos. Apesar da arbitragem ser importante, o valor gasto é excessivo, considerando um valor muito elevado neste evento. Relativamente ao campeonato do Mundo, não entende o valor gasto em deslocações e estadas questionando se o mesmo está no Relatório & Contas 2023. Questiona, ainda, os valores constantes no Relatório e Contas 2023, na página 64, Fornecimentos e Serviços Externos, na rubrica de “Direitos Organizacionais”, bem como o valor da rubrica de deslocações e estadas que passou de 71.263,16 €, em 2022, para o valor de 112.089,61 €, em 2023, salientando que nesta rubrica o campeonato Nacional do Fundão representou cerca de 10% do valor total da despesa. Questionou ainda, o aumento dos gastos com pessoal - remunerações (ponto 17, página 64), que passaram de 103.290,91 €, em 2022, para 125.914,59 €, em 2023, tendo havido um aumento dos Empregados da Federação que passaram de 3 para 4. Por último questiona se a Auditoria por parte do IPDJ à FPE, já acabou e quais os resultados. -----

----- O Presidente da Mesa da AG, Fernando Gomes, agradece a intervenção do Delegado João Gomes e passa a palavra ao Delegado Vítor Machado, que questiona a situação do Relatório de Auditoria do IPDJ, e se não fazia sentido que os resultados da mesma fossem mencionados no presente Relatório e Contas 2023 em análise. Relativamente aos resultados líquidos negativos apresentados nas contas da FPE, nos dois últimos anos, questiona o que está a ser feito para inverter esta situação de desequilíbrio financeiro. ---

----- O Presidente da Mesa da AG, Fernando Gomes, agradece a intervenção do Delegado Vítor Machado e passa a palavra ao Delegado José Estaca que não pode deixar de realçar o tom de desculpas explanado na nota introdutória do Relatório e Contas 2023, evidenciado que relativamente ao Campeonato Nacional Absoluto, realizado no Fundão, apesar do sucesso desportivo, este não se focou no essencial, que são os Atletas e a atividade Desportiva. Questiona a necessidade da presença de árbitros estrangeiros (italianos e espanhóis) nesta prova, perguntando se não compensa pagar mais aos árbitros portugueses em vez de trazer árbitros estrangeiros, bem como o montante financiado pela Câmara Municipal do Fundão e os valores gastos pela FPE. Relativamente à repartição dos custos dos fornecimento e serviços externos, contantes da página 64, do Relatório e Contas 2023, na rubrica de “Direitos Organizacionais”, questiona a razão do aumento destes montantes, tendo passado de 300,00 € em 2022, para 7.420,00 € em 2023, bem como o aumento para o dobro dos gastos com eletricidade. -----

----- O Presidente da Mesa da AG, Fernando Gomes, agradece a intervenção do Delegado José Estaca, e passa a palavra ao Vice-Presidente da Direção da FPE, Frederico Valarinho, para prestar os esclarecimentos devidos às questões colocadas pelos Delegados. -----

----- Frederico Valarinho, refere que entende a pergunta do Delegado João Gomes,

relativamente ao modelo de contas apresentado no presente Relatório e Contas 2023, mas este cumpre o modelo exigido pelo IPDJ. Relativamente ao Relatório de Gestão, seria certamente um documento interessante, mas a FPE tem falta de meios humanos para realizar este trabalho. No que concerne aos valores ditos exorbitantes gastos com o Campeonato Nacional realizado no Fundão, considera que comparando com as provas realizadas em Viana do Castelo e Olhão, por exemplo, os valores não são significativamente superiores, sendo esta a realidade da Esgrima. Relativamente à arbitragem, apesar dos cursos efetuados e do número de árbitros filiados na FPE ser razoável, a esmagadora maioria dos nossos árbitros acumula funções como praticante, e quase todos competiram nos Campeonatos Nacionais, com os restantes a não estarem disponíveis para arbitrar, face ao clima de hostilização/suspeição instalado. No último campeonato nacional de juniores foram contactados todos os árbitros inscritos na FPE e só houve 3 árbitros disponíveis. Em termos dos serviços prestados, o custo dos árbitros estrangeiros é igual aos dos árbitros nacionais, e os custos com deslocações e estadas também existem se estes forem da Madeira ou de Viana do Castelo. Relativamente ao aumento dos custos com deslocações e estadas, esta rubrica comporta também os gastos com o pagamento dos trabalhadores da FPE e Dirigentes, aquando das suas deslocações às provas, tendo havido um grande aumento de provas, num total de 120 em 2023. Relativamente ao aumento dos gastos com pessoal, este deveu-se à necessidade de contratação de uma Empregada de Limpeza. Relativamente à auditoria, a FPE recebeu no dia 4 de julho de 2022, um ofício a comunicar esta ação a ser feita por cinco auditores, tendo sido fornecida toda a informação exigida. Um ano decorrido entre a análise documental e o efeito de prova, concluíram que a FPE devia proceder à reposição de determinadas verbas que, perante o IPDJ, tinham sido executadas fora dos apoios previstos. Apresentadas as provas, a FPE respondeu sempre e prestou sempre os devidos esclarecimentos, desconhecendo à data o resultado final da auditoria. Relativamente ao cancelamento das provas programadas para o último trimestre do ano transato nada teve que ver, portanto, com os resultados dessa auditoria. Sobre os valores constantes no Relatório e Contas 2023, na página 64, fornecimento e serviços externos, na rubrica de “Direitos Organizacionais”, o modelo do presente relatório segue as orientações dos Técnicos Oficiais de Contas, pelo que vai ser solicitado aos mesmos o detalhe das despesas incluídas neste âmbito. -----

----- Prosseguindo na sua intervenção, Frederico Valarinho, em resposta ao Delegado José Estaca, refere que na nota de abertura do Relatório e Contas 2023, a Direção não “dispara culpas”, antes retrata a situação do panorama da esgrima. Destaca ainda a falta de disponibilidade dos árbitros portugueses, pelo que a alternativa, poderá ter de passar pelos que, clubes quando inscrevem atletas, terão que enviar também árbitros, ou o atleta que for competir terá que estar disponível para arbitrar noutra arma, o que não parece, à Direção, uma alternativa adequada, mas que poderá ser necessária. Relativamente às provas do Quadro Competitivo Nacional, organizadas pela FPE, neste momento, e no que

à organização de provas diz respeito, a federação só tem conhecimento dos financiamentos às competições que atribuam títulos nacionais – ou seja, Campeonatos Nacionais dos diferentes escalões etários. Todas as outras são analisadas à posteriori, caso a caso, para definir qual a percentagem subsidiada pelo Estado (isto caso se considere que alguma percentagem se justifica). E nesta decisão pesam inúmeras variáveis, como a localização geográfica da competição ou o número de praticantes do sexo feminino, para dar apenas alguns exemplos. Deste modo a Direção não pode, em consciência, contrair despesa para a qual não sabe se vai ter receitas. Daí que, para organizar provas para além dos Campeonatos Nacionais, seja necessário garantir apoios extraordinários, externos aos financiamentos estatais. Isso só é possível caso se encontrem patrocinadores disponíveis, ou se os associados estabelecerem com a FPE protocolos de coorganização que salvaguardem a capacidade financeira desta instituição. -----

----- O Presidente da Mesa da AG, Fernando Gomes, agradece a intervenção do Vice-Presidente da Direção da FPE, Frederico Valarinho, na resposta às questões dos Delegados, e abre uma segunda ronda de inscrições, tendo manifestado interesse em intervir os Delegados Bruno de Carvalho e José Estaca. -----

----- O Delegado Bruno de Carvalho destaca os gastos com o Campeonato Nacional do Fundão, de cerca de 4.546 euros para os árbitros, bem como o valor de 11.518 euros para pagamento de deslocações e estadas. Refere ainda que durante muitos anos a arbitragem era efetuada pelos atletas. Sublinha que nos gastos com pessoal houve um aumento de 22.000 euros, que não podem ser resultantes apenas da contratação de uma empregada de limpeza. Destaca ainda que, das 290 participações internacionais, apenas 47 foram pagas pela FPE. -----

----- O Delegado José Estaca acha estranho que não seja possível justificar os custos constantes no ponto 16 - Fornecimentos e serviços externos - Direitos Organizacionais, que passaram de 300 euros, para 7.420 euros em 2023. Relativamente à arbitragem, a solução não passa pela vinda de árbitros estrangeiros, considerando que a despesa paga com as suas deslocações é muito elevada. Relativamente ao resultado líquido negativo, nos dois últimos anos, questiona se se estes podem hipotecar a realização de provas nacionais. -----

----- O Presidente da Mesa da AG, Fernando Gomes, agradece as intervenções dos Delegados anteriores, e passa a palavra ao Vice-Presidente da Direção da FPE, Frederico Valarinho, para dar resposta às questões colocadas, tendo em resposta ao Delegado Bruno de Carvalho esclarecido que os árbitros estrangeiros recebem o mesmo que os árbitros nacionais, no presente ano, 100 € por dia e pagamento da deslocação e estadia. Os estrangeiros têm, adicionalmente, apenas uma compensação de meio dia por dia de viagem, ou seja, em dois dias recebem 3, para compensação do tempo das deslocações. Refere ainda, que nas provas nacionais os custos com a arbitragem representam cerca de 20 a 25 % do total da despesa. Relativamente à prova realizada no Fundão, as despesas com os árbitros rondaram os 30 % da despesa. Relativamente às participações

internacionais dos 290 atletas, 243 atletas foram a expensas próprias, tendo os restantes 47 atletas sido financiados pela FPE, tendo em conta que para o Alto Rendimento foi orçamentado um valor de 299.000 euros, mas apenas foi financiado em 111.600 euros. Acrescentou que esse valor não foi apenas para as participações internacionais dos atletas convocados, mas também para o enquadramento técnico e humano dos atletas (incluindo os que vão a expensas próprias) nas grandes competições internacionais, que a Direção da FPE entende dever assumir como apoio a todos os atletas. -----

----- O Presidente da Mesa da AG, Fernando Gomes, agradeceu todas as intervenções efetuadas pelos Delegados, e os esclarecimentos prestados pela Direção da FPE, e dá início à votação do Relatório de Atividades e Contas da FPE do ano de 2023, e parecer do Conselho Fiscal; -----

----- Votos Contra: Um (1); -----

----- Votos de Abstenção: Seis (6). -----

----- O Relatório de Atividades e Contas da FPE do ano de 2023, e parecer do Conselho Fiscal, foi aprovado por maioria de quinze (15) votos. -----

----- **3º Ponto – Qualquer outro assunto de interesse para a Federação.** -----

----- O Presidente da Mesa da AG, Fernando Gomes, pergunta aos Delegados quem deseja usar da palavra no âmbito deste ponto da agenda, tendo manifestado vontade de intervir a Delegada Eugénia Queirós, tendo referido que, embora se tenha que dignificar e dar condições para a vinda de árbitros estrangeiros, discorda desta necessidade, mas dá os parabéns a Susana Santos, Presidente do Conselho de Arbitragem, pelo trabalho realizado.

----- Não havendo nada mais a tratar, por esgotada a presente ORDEM DE TRABALHOS, o Presidente da Mesa da AG, da Federação Portuguesa de Esgrima, Fernando Gomes, agradeceu aos Delegados e aos membros da Direção presentes, deu a Sessão por terminada, pelo que os trabalhos foram encerrados pelas vinte e duas horas (22) horas e vinte e um (21) minutos, do dia vinte e seis (26) de março de dois mil e vinte e quatro (2024). -----

----- Para que conste, lavrou-se a presente ATA, que foi achada conforme pelos membros da Mesa da Assembleia da FPE, que dirigiram os trabalhos, em sinal do que, e para sua inteira fé e validade, e para que faça prova, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Esgrima, Fernando António de Oliveira Gomes, pelo Vice-Presidente, José António Rosado e por mim, Manuel David de Jesus, Secretário da Mesa da Assembleia Geral, da Federação Portuguesa de Esgrima, que a escrevi. -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia Geral -----

----- (Fernando António de Oliveira Gomes) -----

----- O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral -----

----- (José António Silva Rosado) -----

----- O Secretário da Mesa Assembleia Geral -----

----- (Manuel David de Jesus) -----
